

HABEAS CORPUS Nº 548.378 - RS (2019/0355729-8)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DENIS ROBERTO SARAIVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DENIS ROBERTO SARAIVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no Agravo em Execução Penal n.º 70081436750.

Consta nos autos que o Paciente cumpre, desde 06/07/2010, pena total de 44 (quarenta e quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em razão da prática dos crimes dos arts. 157, § 2.º, incisos I e II, 157, § 3.º, 288, *caput*, todos do Código Penal, e 14, *caput*, e 16, *caput*, ambos da Lei n.º 10.826/2003.

Contra a decisão do Juízo das Execuções que deferiu o pedido de autorização de visitas dos filhos menores do Paciente, no presídio em que se encontra recolhido, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução, que foi provido para "*revogar a decisão que deferiu a visitação dos menores ao apenado Denis Roberto Saraiva*" (fl. 448).

Neste *writ*, a Defesa busca o restabelecimento da decisão de primeiro grau, ao argumento de que "*a visitação, por alguns minutos ou uma hora, de crianças ao seu pai, [...] certamente não traria qualquer risco à saúde ou integridade dos menores*" (fl. 5).

Assevera que "*a visitação dos companheiros, parentes e até mesmo dos amigos é direito assegurado ao apenado pelo artigo 41, inciso X, da LEP, como corolário da preservação da própria dignidade humana do encarcerado, direito esse, vale lembrar, de matiz constitucional*" (fl. 5).

Argumenta que "*o ingresso de seus filhos no sistema prisional adquiriria caráter minimizador, considerando as consequências maléficas da permanência exacerbada dos apenados no ergástulo, tendo em vista os notórios prejuízos associados*

ao recolhimento do indivíduo, sem uma adequada aproximação do mesmo à comunidade a sua volta" (fl. 7).

Aduz que "é também direito da criança estreitar os laços com seus familiares. Sendo assim, muito embora incontestes o direito do preso de receber visitas, a Defensoria Pública do Estado entende que também deve ser considerada a situação através do prisma do interesse da criança, a quem o ordenamento dispensa proteção integral" (fl. 7).

Alega ofensa aos arts. 4.º, 15 e 16, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Requer seja deferida liminar *"a fim de que seja determinada a suspensão da decisão do Tribunal a quo até o julgamento do mérito do presente writ"* (fl. 10). No mérito, pleiteia a concessão da ordem *"para cassar o acórdão proferido pela Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul"* (fl. 11).

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente porque o Tribunal local ressaltou que *"o presídio é um ambiente com graves problemas psicossociais [...] que podem colocar em risco a saúde física e psicológica de qualquer pessoa, muito mais de crianças com tenra idade, como no caso dos filhos do apenado que contam com 9 e 5 anos de idade"* (fl. 447), fundamento que não se mostra, em princípio, inidôneo.

A propósito, *"O direito do preso a visitação não é absoluto nem ilimitado. Para aferi-lo, é imprescindível, em juízo de ponderação, considerar as particularidades do caso concreto e medir os interesses envolvidos"* (AgRg no REsp 1.789.332/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 25/03/2019).

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal *a quo* acerca do alegado na presente impetração, solicitando-lhes, ainda, a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte de origem requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora